

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de Consultoria Especializada para Estruturação Jurídica, Institucional, Regulatória e Operacional do Fundo de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação, no âmbito do Projeto GEF Terrestre – Operação BR-G1004

1. Contextualização

O Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, adotado no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, estabelece na Meta 19 o compromisso de ampliar substancialmente a mobilização de recursos financeiros públicos e privados para a conservação da biodiversidade, por meio do uso de instrumentos financeiros inovadores, eficientes e equitativos. Nesse contexto, instrumentos baseados em resultados, fundos estruturados e mecanismos de blended finance assumem papel estratégico para assegurar a sustentabilidade de longo prazo das políticas de conservação.

O Projeto GEF Terrestre – Operação BR-G1004, financiado pelo Global Environment Facility (GEF), é implementado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e executado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), tendo como beneficiário principal o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e como parceiros estratégicos o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e demais instituições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). O projeto tem como objetivo fortalecer a gestão da conservação nos biomas Caatinga, Pantanal e Pampa, ampliando a efetividade das Unidades de Conservação (UCs) e sua integração com o desenvolvimento territorial sustentável.

Em julho de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.180, que institui a Política Nacional de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação e autoriza o ICMBio e os demais órgãos executores do SNUC a contratar instituição financeira oficial para criar e gerir fundo privado destinado a financiar e apoiar planos, projetos e ações voltados à estruturação, ao aprimoramento e ao incremento da visitação em unidades de conservação. A referida lei estabelece diretrizes claras de governança, segregação patrimonial, transparência e fontes de recursos, criando base jurídica para a implementação de um fundo nacional com potencial de mobilização de recursos públicos, privados, filantrópicos e internacionais.

No âmbito do Componente 2 do Projeto GEF Terrestre, voltado ao fortalecimento da gestão das Unidades de Conservação e ao desenvolvimento de instrumentos financeiros orientados a resultados, torna-se estratégico apoiar a estruturação jurídica, institucional, regulatória e operacional do Fundo de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação, de modo a viabilizar sua implementação efetiva, reduzir riscos jurídicos e institucionais e criar condições para sua replicação em nível estadual. Nos desenhos conceituais e análises a serem desenvolvidos no âmbito desta consultoria, os Planos de Manejo e os Planos de Visitação das Unidades de Conservação apoiadas pelo Projeto GEF Terrestre deverão ser utilizados, de forma exemplificativa, como referências para a identificação de desafios, oportunidades e boas práticas para o financiamento de atividades vinculadas à visitação de modo a garantir sua sustentabilidade financeira.

2. Objetivo da Contratação

Contratar consultoria especializada para apoiar o desenho, a estruturação e a preparação para a implementação do Fundo de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação, previsto na Lei nº 15.180/2025, incluindo sua arquitetura jurídica e institucional, governança, modelagem econômico-financeira (premissas, projeções e cenários), instrumentos financeiros e mecanismos operacionais, no contexto do Projeto GEF Terrestre – Operação BR-G1004.

São objetivos específicos da consultoria:

- (i) analisar o marco legal e regulatório aplicável ao Fundo;
- (ii) propor a arquitetura jurídica, institucional e de governança do Fundo, com validação técnica e jurídica;
- (iii) desenvolver modelagem econômico-financeira do Fundo, incluindo premissas, estimativas de custos de administração e operação, parâmetros de sustentabilidade financeira, recomendações de desenho financeiro e a estruturação dos instrumentos financeiros e estratégias de mobilização de recursos, com base na modelagem econômico-financeira;
- (iv) elaborar minutas de documentos regulatórios e operacionais necessários à implementação do Fundo;

3. Escopo dos Serviços

A consultoria deverá atuar em estreita coordenação com o ICMBio, MMA, BID, FUNBIO e a Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio (PFE/ICMBio), adotando uma abordagem iterativa e colaborativa ao longo de toda a execução do contrato. Deverão ser realizadas reuniões periódicas de gestão e acompanhamento do projeto, com frequência a ser acordada com o ICMBio, de modo a garantir interlocução contínua, alinhamento técnico e ajustes tempestivos das atividades.

Deverá ser realizado um workshop presencial, em Brasília de dia inteiro, na sede do ICMBio, com participação dos principais atores institucionais baseados em Brasília envolvidos na concepção e estruturação do fundo. Este workshop intermediário realizado no âmbito do Produto 3 terá caráter central de discussão, validação e capacitação, devendo subsidiar de forma integrada os Produtos 3, 4, 5 e 6. As despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação dos consultores que participarão do evento, deverão ser custeados pela contratada.

As demais interações e reuniões previstas no âmbito da consultoria deverão ocorrer de forma remota.

3.1 ***Kick-off*** – Reunião de alinhamento e revisão do Plano de Trabalho

Será realizada uma reunião virtual inicial com os responsáveis técnicos do ICMBio, MMA, BID e FUNBIO para alinhar as diretrizes do projeto e revisar o Plano de Trabalho enviado com a proposta técnica.

3.2 Análise legal e regulatória

Analisar o marco legal e regulatório aplicável à criação e operação do Fundo de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação, com foco na Lei nº 15.180/2025 e sua articulação com outras normas relevantes, incluindo a legislação ambiental, legislação do turismo, legislação e regulamentos da atividade financeira e legislação administrativa aplicável a fundos privados geridos por instituições financeiras oficiais. A análise deverá identificar oportunidades, restrições e riscos jurídicos associados à implementação do Fundo.

3.3 Design jurídico, institucional e de governança

Propor a arquitetura jurídica e institucional do Fundo, incluindo arranjos de governança, instâncias decisórias, papéis e responsabilidades dos atores envolvidos. Esta etapa deverá incluir diálogos técnicos estruturados com a PFE/ICMBio para análise de riscos jurídicos e validação preliminar das propostas, bem como a realização de workshop de validação intermediário com participação do ICMBio, MMA, PFE/ICMBio, BID, Funbio e outras autarquias convidadas destinado a discutir e validar a proposta de governança e arquitetura institucional.

3.4 Articulação com instituições financeiras públicas

Realizar diálogos técnicos informativos com bancos públicos federais potencialmente elegíveis para atuar como instituição financeira oficial responsável pela criação e gestão do Fundo, nos termos da Lei nº 15.180/2025 (por exemplo, BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste), com vistas a analisar capacidades operacionais, modelos de administração de fundos, custos, requisitos fiduciários e aderência aos objetivos do Fundo. Essas interlocuções terão caráter técnico e não vinculante, não configurando negociação, seleção ou decisão administrativa. A consultoria deverá apresentar recomendações técnicas sobre alternativas e requisitos mínimos para a contratação da instituição financeira oficial, a serem avaliados pelo ICMBio e demais instâncias competentes.

3.5 Estrutura econômico-financeira

Desenvolver a arquitetura econômico-financeira do Fundo, contemplando as fontes de recursos previstas na Lei nº 15.180/2025 e outros aportes potenciais. A consultoria deverá elaborar a modelagem econômico-financeira do Fundo, incluindo (i) definição e explicitação das premissas; (ii) projeções de receitas, despesas e fluxo de caixa; (iii) cenários e análises de sensibilidade (incluindo riscos de queda de receitas e variação de custos); (iv) estimativas de custos de administração e operação; (v) recomendações preliminares sobre regras de alocação, desembolso e reservas; e (vi) diretrizes preliminares (parâmetros e requisitos) para política de liquidez e de investimentos do Fundo, quando aplicável, a serem consideradas pela futura instituição financeira oficial. Tais diretrizes serão propostas em caráter indicativo e não implicam execução, gestão fiduciária, movimentação de recursos ou tomada de decisão sobre aplicações pela consultoria.

3.6 Estratégias para diversificação de fontes e ampliação do portfólio de financiadores

De forma complementar à arquitetura financeira do Fundo definida na atividade 3.4, a consultoria deverá desenvolver diretrizes estratégicas para a diversificação de fontes de financiamento e ampliação do portfólio potencial de financiadores do Fundo de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação, com foco em sua sustentabilidade financeira de médio e longo prazo.

Essa atividade deverá concentrar-se na identificação, análise e qualificação estratégica de fontes potenciais de financiamento nacionais e internacionais, incluindo, de forma não exaustiva:

- cooperações bilaterais e multilaterais;
- fundos climáticos e de biodiversidade internacionais;
- financiamento filantrópico e parcerias com fundações;
- fundos e mecanismos socioambientais corporativos.

No âmbito desta atividade, a consultoria deverá apresentar:

- um **mapa estratégico de oportunidades de financiamento**, com priorização indicativa segundo critérios de aderência aos objetivos do Fundo, potencial de alavancagem e complementaridade com as fontes previstas na Lei nº 15.180/2025;
- **diretrizes orientadoras para o engajamento institucional com potenciais financiadores**, de caráter estratégico e não operacional, a serem utilizadas como referência pelo ICMBio e pelos gestores do Fundo;
- **recomendações gerais de posicionamento institucional do Fundo**, voltadas a apoiar sua apresentação estratégica perante parceiros e financiadores, sem prejuízo das competências institucionais dos órgãos responsáveis.

Este componente deverá articular -se de forma consistente com a arquitetura financeira definida na atividade 3.4,

3.7 Governança para definição de critérios técnicos, monitoramento e transparência

Desenhar a estrutura de governança responsável pela definição, revisão e validação dos critérios técnicos de elegibilidade de projetos, diretrizes de monitoramento, reporte e transparência, assegurando a adicionalidade ambiental, social e econômica dos investimentos apoiados pelo Fundo. O escopo deverá concentrar-se na definição de papéis, competências, fluxos decisórios e mecanismos institucionais por meio dos quais tais critérios e diretrizes serão estabelecidos e atualizados.

3.8 Elaboração de pacote de minutas de documentos regulatórios e de contratação do fundo

A consultoria deverá elaborar um pacote integrado de minutas indicativas, destinado a subsidiar o processo de regulamentação da Lei nº 15.180/2025 e a contratação da instituição financeira oficial responsável pela criação e gestão do Fundo de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação.

4. Produtos Esperados, Cronograma e Forma de Pagamento

Produto 1 – Plano de Trabalho revisado

Descrição: Deverá ser encaminhado o Plano de Trabalho revisado após alinhamentos junto aos responsáveis técnicos na reunião de *kickoff*.

Prazo: Até 10 dias após a assinatura do contrato. **Valor:** 5%.

Produto 2 – Diagnóstico legal, regulatório e levantamento de referências

Descrição: Relatório contendo a análise do marco legal e regulatório aplicável ao Fundo e um levantamento sintético de referências e experiências relevantes, com foco em identificar potenciais, oportunidades e opções de desenho institucional e financeiro. O levantamento sintético deverá contemplar experiências nacionais pertinentes e, no mínimo, duas experiências internacionais de fundos ambientais ou de fundos voltados ao financiamento da conservação, do turismo de natureza ou de políticas públicas correlatas. Não se espera a realização de estudos aprofundados ou avaliações exaustivas de desempenho, mas sim a sistematização objetiva de lições aprendidas, arranjos institucionais e elementos-chave que possam subsidiar as discussões do workshop de validação intermediária e o desenho da arquitetura do Fundo nos produtos subsequentes. **Prazo:** até 40 dias após a assinatura do contrato. **Valor:** 15% do valor total do contrato.

Produto 3 – Proposta preliminar de arquitetura jurídica, institucional e de governança do Fundo

Descrição:

Proposta preliminar da arquitetura jurídica e institucional do Fundo de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação, incluindo o desenho da governança, com organograma institucional, instâncias decisórias, papéis e responsabilidades dos atores envolvidos, em conformidade com a Lei nº 15.180/2025.

O produto deverá estabelecer o arcabouço institucional e de governança necessário à criação e ao funcionamento do Fundo, servindo de base para o detalhamento subsequente da arquitetura financeira, dos fluxos operacionais e da mecânica de funcionamento a serem desenvolvidos no Produto 4.

O produto deverá ser construído a partir das referências e inspirações derivadas do benchmarking nacional e internacional, das contribuições técnicas da consultoria e das discussões realizadas no workshop de validação intermediário, a ser organizado no âmbito deste produto, incorporando de forma sistemática as contribuições e consensos alcançados entre representantes do ICMBio, MMA, BID, FUNBIO e PFE/ICMBio e representantes de outras autarquias e organizações convidadas.

Prazo: até 120 dias após a assinatura do contrato. *Valor:* 20% do valor total do contrato.

Produto 4 – Arquitetura financeira e mecânica de funcionamento do Fundo.

Descrição:

Produto contendo o desenho da arquitetura financeira e da mecânica de funcionamento do Fundo de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação, incluindo os fluxos financeiros, os arranjos institucionais e os processos estratégicos de gestão, governança e operação do Fundo, em conformidade com a Lei nº 15.180/2025.

O produto deverá apresentar, de forma integrada:

- o desenho dos fluxos financeiros do Fundo, desde a captação dos recursos até sua alocação, uso e prestação de contas;
- a definição dos principais atores envolvidos na gestão financeira e operacional do Fundo, com seus respectivos papéis e responsabilidades;
- a estrutura estratégica de governança financeira, gestão e operação, incluindo instâncias decisórias, processos de tomada de decisão e mecanismos de articulação entre o gestor do Fundo, o órgão instituidor e demais atores institucionais;
- os instrumentos operacionais associados ao funcionamento do Fundo, incluindo lógicas de repasse, execução e acompanhamento dos recursos;
- a consolidação dos resultados dos diálogos técnicos com instituições financeiras públicas federais potencialmente elegíveis para a gestão do Fundo, bem como recomendações técnicas sobre o modelo mais adequado de contratação.

O Produto 3 deverá ser apresentado de modo a que possa ser utilizado como documento de referência para subsidiar a contratação da instituição financeira oficial responsável pela criação e gestão do Fundo, mantendo caráter técnico, preparatório e não vinculante.

oficial. *Prazo:* até 180 dias após a assinatura do contrato. *Valor:* 20% do valor total do contrato.

Produto 5 – Diretrizes estratégicas para diversificação de fontes e ampliação do portfólio de financiadores

Descrição:

Produto contendo diretrizes estratégicas para a diversificação das fontes de financiamento e a ampliação do portfólio potencial de financiadores do Fundo de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação, em articulação com a arquitetura financeira e a mecânica de funcionamento definidas no Produto 4.

O produto deverá aprofundar, em nível estratégico, os aspectos relacionados à sustentabilidade financeira de médio e longo prazo do Fundo, contemplando:

- um mapa estratégico de oportunidades de financiamento nacionais e internacionais, com priorização indicativa segundo critérios de aderência aos objetivos do Fundo, potencial de alavancagem e complementaridade entre fontes;
- diretrizes orientadoras para o engajamento institucional com potenciais financiadores,

- recomendações gerais de posicionamento institucional do Fundo perante parceiros e financiadores estratégicos, a serem utilizadas como referência na etapa de implementação.

Este produto deverá restringir-se à produção de insumos estratégicos e orientadores, não envolvendo atividades de captação ativa de recursos, negociação com financiadores ou execução de ações institucionais.

Prazo: até 210 dias após a assinatura do contrato.

Valor: 15% do valor total do contrato.

Produto 6 – Pacote regulatório-operacional do Fundo

Descrição: A partir da consolidação dos produtos anteriores e amadurecimento obtido pelos diálogos realizados, realizar a elaboração de minutas de documentos regulatórios e operacionais, além dos procedimentos operacionais e diretrizes para contratação da instituição financeira oficial, incluindo anexos técnicos relativos à modelagem econômico-financeira, parâmetros de sustentabilidade e requisitos de reporte e transparência.

As minutas terão caráter preparatório, orientador e não vinculante, com a finalidade de apoiar o ICMBio e os órgãos competentes na condução do processo regulatório e de contratação, bem como orientar a futura elaboração dos instrumentos definitivos pela instituição financeira a ser selecionada, em conformidade com o arcabouço normativo aplicável e as boas práticas de governança, transparência e prestação de contas.

O pacote deverá incluir, no mínimo:

- Minuta de ato normativo infralegal** para regulamentação da Lei nº 15.180/2025, podendo assumir a forma de decreto, portaria ou instrução normativa, conforme avaliação jurídica, contemplando diretrizes gerais para a criação, a governança, a priorização técnica de aplicação e usos dos recursos e a operacionalização do Fundo;
- Minuta do edital do processo de seleção da instituição financeira oficial**, incluindo o escopo da contratação, critérios técnicos e institucionais, responsabilidades, requisitos fiduciários e de governança, segregação patrimonial, mecanismos de reporte, bem como os anexos técnicos necessários à instrução do processo de contratação;
- Minuta de instrumento contratual para a contratação da instituição financeira oficial** responsável pela criação e gestão do Fundo (conforme Lei nº 15.180/2025), elaborada como referência, sem caráter de instrumento final ou vinculante.
- Anexo técnico com diretrizes e requisitos mínimos econômico-financeiros e de reporte para a gestão do Fundo**, incluindo estrutura de projeções, parâmetros de sustentabilidade, indicadores e modelo de reporte.

As minutas deverão refletir as discussões e validações realizadas ao longo da execução do contrato, incluindo aquelas decorrentes do processo iterativo de interlocução com o ICMBio e do workshop presencial previsto no Termo de Referência.

Não se espera, nesta etapa, a elaboração ou execução de instrumentos definitivos de regulamentação ou contratação, cabendo tais atos à administração pública e à instituição financeira selecionada, a partir das referências produzidas no âmbito desta consultoria.

Prazo: até 240 dias após a assinatura do contrato. *Valor:* 25% do valor total do contrato.

Nº	Produto	Prazo de entrega (dias a partir da assinatura do contrato)	% do valor do contrato
1	Plano de trabalho revisado	10	5%
2	Diagnóstico legal, regulatório e levantamento de referências	40	15%
3	Proposta preliminar de arquitetura jurídica, institucional e de governança do Fundo	120	20%
4	Arquitetura financeira e mecânica de funcionamento do Fundo	180	20%
5	Diretrizes estratégicas para diversificação de fontes e ampliação do portfólio de financiadores	210	20%
6	Pacote regulatório-operacional do Fundo	240	20%

O prazo total de execução das atividades será de 240 dias, com vigência contratual de até 330 dias a partir da data de assinatura do contrato. Os pagamentos serão efetuados em até 10 dias úteis mediante a aprovação dos produtos pelo ICMBio, após o recebimento do respectivo Termo de Recebimento e Aceite, observadas as disposições contratuais aplicáveis.

5. Perfil e Requisitos da Empresa e da Equipe Técnica

5.1 Experiência da Empresa

A empresa proponente deverá comprovar experiência técnica e institucional compatível com a complexidade e natureza do objeto deste Termo de Referência. Será exigida experiência comprovada em, no mínimo, dois projetos concluídos nos últimos dez anos, envolvendo, de forma combinada ou complementar:

a) estruturação jurídica, institucional ou regulatória de fundos públicos ou privados, incluindo modelagem econômico-financeira de fundos públicos ou privados, financeiros, patrimoniais, garantidores, temáticos ou similares; b) atuação junto a órgãos da administração pública federal ou estadual, incluindo interação com procuradorias, órgãos de controle ou instituições financeiras públicas; c) elaboração de modelos de governança, arranjos interinstitucionais e processos decisórios para políticas públicas ou fundos estruturados.

A experiência da empresa deverá ser comprovada por meio de atestados de capacidade técnica, contratos ou documentos equivalentes, emitidos por entidades públicas ou privadas, que evidenciem claramente o escopo e a natureza dos serviços prestados.

5.2 Equipe Técnica Mínima

A empresa deverá disponibilizar equipe técnica mínima composta pelos seguintes profissionais-chave, com dedicação compatível com o cronograma, a complexidade das atividades e o orçamento disponível para a contratação:

5.2.1 Coordenador Geral / Coordenador Técnico

Profissional sênior, responsável pela coordenação geral dos trabalhos e pela interlocução institucional com ICMBio, MMA, BID, FUNBIO e demais atores envolvidos. Deverá possuir experiência comprovada de, no mínimo, 5 anos em desenho institucional de políticas públicas.

Coordenação técnica ou liderança de projetos de estruturação institucional, jurídica ou financeira de fundos, programas ou instrumentos de política pública.

Experiência em interlocução técnica com órgãos da administração pública, instituições financeiras públicas ou organismos internacionais.

Atuação em projetos envolvendo desenho de governança, arranjos institucionais ou processos decisórios no setor público.

Pós-graduação lato sensu ou stricto sensu em áreas relacionadas a políticas públicas, finanças públicas, direito público, gestão pública, governança pública ou áreas afins.

Cursos de formação complementar, que somados totalizem pelo menos 120 horas, em temas como estruturação de fundos, governança institucional, finanças públicas, instrumentos econômicos ambientais, políticas públicas ou regulação.

5.2.2 Especialista Jurídico em Direito Público

Profissional com formação em Direito e experiência comprovada de, no mínimo, 5 anos em direito administrativo e/ou financeiro público, com atuação em temas relacionados a fundos, contratos públicos ou políticas públicas setoriais. Será responsável por apoiar o desenho jurídico, a interlocução com a PFE/ICMBio e a elaboração das minutas regulatórias previstas no Produto 5.

Atuação em projetos de análise, desenho ou regulamentação de fundos, instrumentos financeiros, programas públicos ou políticas públicas.

Experiência em elaboração ou análise de atos normativos infralegais, contratos públicos, termos de parceria ou instrumentos congêneres.

Pós-graduação lato sensu ou stricto sensu em Direito Público, Direito Administrativo, Direito Financeiro, Direito Regulatório ou áreas afins.

Cursos de formação complementar, que somados totalizem pelo menos 120 horas, em temas como fundos públicos ou privados, contratos administrativos, regulação, governança pública ou finanças públicas.

5.2.3 Especialista Financeiro / Econômico

Profissional com experiência comprovada de, no mínimo, 5 anos em estruturação financeira, instrumentos de financiamento e desenho de estratégias de mobilização de recursos, incluindo atuação junto a bancos públicos, fundos estruturados ou financiadores institucionais, **em nível estratégico e preparatório**.

Atuação em projetos de desenho ou estruturação financeira de fundos, programas públicos, instrumentos financeiros ou mecanismos de financiamento.

Experiência na definição de fluxos financeiros, arranjos operacionais, modelos de gestão financeira ou mecanismos de alocação e uso de recursos.

Pós-graduação lato sensu ou stricto sensu em Finanças, Economia, Economia do Setor Público, Políticas Públicas, Administração Pública ou áreas afins.

Cursos de formação complementar, que somados totalizem pelo menos 120 horas, em temas como estruturação de fundos, finanças públicas, instrumentos financeiros, modelagem econômico-financeira ou gestão financeira de programas.

5.2.4 Especialista em Governança e Políticas Públicas

Profissional com experiência de, no mínimo 5 anos em desenho de modelos de governança, arranjos institucionais e processos decisórios no setor público ou em fundos estruturados. Será responsável por apoiar o desenho dos organogramas, fluxos de decisão e mecanismos de transparência e prestação de contas do Fundo. Atuará de forma integrada com o Especialista Financeiro na definição da governança financeira, dos fluxos decisórios e da mecânica de funcionamento do Fundo.

Atuação em projetos de desenho ou revisão de modelos de governança, arranjos institucionais ou estruturas decisórias no setor público ou em fundos e programas estruturados.

Experiência em definição de fluxos decisórios, processos de coordenação interinstitucional ou mecanismos de governança aplicados a políticas públicas ou fundos.

Pós-graduação lato sensu ou stricto sensu em Políticas Públicas, Administração Pública, Governança, Gestão Pública, Planejamento Governamental ou áreas afins.

Cursos de formação complementar, que somados totalizem pelo menos 80 horas, em temas como governança pública, gestão institucional, desenho organizacional, coordenação interinstitucional ou políticas públicas.

Os profissionais indicados deverão comprovar experiência compatível com as atribuições descritas, por meio de currículos atualizados. A substituição de profissionais-chave somente poderá ocorrer mediante justificativa e prévia anuência do FUNBIO.

6. Supervisão e Coordenação

A consultoria será supervisionada pelo ICMBio, com acompanhamento técnico do MMA, do BID e do FUNBIO.

7. Local de Execução dos Serviços

Os serviços serão executados de forma remota, com a realização de até 03 (três) reuniões presenciais em Brasília, incluindo os workshops previstos neste Termo de Referência.